



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Avenida Tiradentes, n. 40, Sala 502, Centro, Erechim-RS CEP 99700-424
CNPJ: 39.738.065/0001-74

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2022

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a FFCRED Sociedade de Crédito Direto S.A., Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes.

Obs.: De acordo com a Resolução 3.198/04, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor.

Demonstrações divulgadas no site em 29/08/2022 no site <https://www.ffcredscd.com.br/site/politicas-cadastros-termos>

A Diretoria da FFCred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, JULIO CESAR DAL ZOTT, brasileiro, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, administrador, nascido em 28/01/1977, inscrito no CPF sob o nº 918.191.210-20 e portador do documento de identidade 7052735045 SSP-PC-RS, residente e domiciliado na Rua Silveira Martins, n. 805, apto 402, Bairro Centro, Erechim, Rio Grande do Sul, CEP 99700-234, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2022

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Responsável



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A FFCred Sociedade de Crédito Direto S.A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021(em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**, constituída no dia 27 de maio de 2020, tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros. Também constitui objeto desta Sociedade a emissão de moeda eletrônica e de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução



BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são



registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar (nota explicativa nº 5).

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (Nota explicativa nº 5).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	2022	2021
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	1.026	1.726
Certificado de Depósito Bancário	1.026	1.726

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

	2022			2021		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	3.018	-	3.018	2.253	-	2.253



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Títulos Descontados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	233	-	233	380	-	380
	<u>3.251</u>	-	<u>3.251</u>	<u>2.633</u>	-	<u>2.633</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	282	-	282	19	-	19
	<u>2.969</u>	-	<u>2.969</u>	<u>2.614</u>	-	<u>2.614</u>

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	2383	12	2.488	12
B	1,00%	28	-	35	-
C	3,00%	32	1	92	3
D	10,00%	361	36	8	1
E	30,00%	10	3	10	3
F	50,00%	412	206	-	-
G	70,00%	4	3	-	-
H	100,00%	21	21	-	-
		<u>3.251</u>	<u>282</u>	<u>2.633</u>	<u>19</u>

6. OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMO

A instituição não adquiriu nenhuma obrigação por empréstimos no decorrer do 1º semestre de 2022.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES



Abaixo a composição das outras obrigações:

	2022	2021
Outras Obrigações	83	91
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	16
Sociais e estatutárias	-	-
Fiscais e previdenciárias	14	15
Diversas	67	60

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no final do 1º semestre de 2022 era de R\$ 5.000.000,00, divididos em 5.000.000 ações ordinárias.

Prejuízos Acumulados

A empresa possui R\$ 1.008.925,79 de prejuízo acumulado ao final do semestre.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	Expresso em Reais	
DISCRIMINAÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Contas de Resultado Credoras	494.222,91	491.570,16
Contas de Resultado Devedoras	-794.690,85	-1.164.955,73
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	-300.467,94	-673.385,57



(+) Adições	262.113,31	21.380,43
(-) Exclusões	0	-1.814,13
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	-38.354,63	-653.819,27
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-	-
Lucro Tributário Real	-38.354,63	-653.819,27
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	-	-
Contribuição Social- 9%	-	-

10. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;



RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: <https://www.ffcrescd.com.br/site/ouvidoria>

11. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 131,43% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de dezembro de 2021 em R\$ 3.991.074,21.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2022 foi autorizada pelos sócios da FFCRED, em agosto 2022.



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 JUNHO DE 2022 E DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				PASSIVO			
	NE	2022	2021		NE	2022	2021
CIRCULANTE		4.031	4.362	CIRCULANTE		83	91
Disponibilidades		29	16	Obrigações por empréstimo	6	0	0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		0	0	Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Aplicações no Mercado Aberto		0	0				
Aplicações em Depósitos de Poupança		0	0	Outras obrigações	7	83	91
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	1.026	1.726	Cobrança e arrec. de tributos		2	16
Carteira Própria		1.026	1.726	Sociais e estatutárias		0	0
Operações de crédito	5	2.969	2.614	Fiscais e previdenciárias		14	15
Operações de crédito		3.251	2.633	Diversas		67	60
(-) Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-282	-19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	3.991	4.292
Outros Créditos	7	7	6	Capital Social		5.000	5.000
Rendas a Receber		0	0	Capital		1.500	1.500
Diversos		7	6	Aumento Capital		3.500	3.500
Outros valores e bens		0	0	Capital a Realizar		0	0
Despesas antecipadas		0	0	Reserva de Lucros		0	0
NÃO CIRCULANTE		43	21	Lucros/Prejuízos acumulados		-1.009	-708
Imobilizado		43	21				
Outras Imobilizações de Uso		48	22				
(-) Depreciações Acumuladas		-5	-1				
TOTAL DO ATIVO		4.074	4.383	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		4.074	4.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.		
CNPJ: 39.738.065/0001-74		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)		
DRE	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	428	151
Operações de crédito	368	115
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	60	36
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-262	-11
Operações de empréstimos e repasses	0	0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-262	-11
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	166	140
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-460	-521
Receitas de prestação de serviços	61	0
Rendas de tarifas bancárias	5	12
Despesas de pessoal	-248	-104
Outras despesas administrativas	-252	-419
Despesas tributárias	-28	-9
Outras receitas operacionais	7	0
Outras despesas operacionais	-5	-1
RESULTADO OPERACIONAL	-294	-381
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	-294	-381
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-7	0
Provisão para imposto de renda	-5	0
Provisão para contribuição social	-2	0
Ativo Fiscal Diferido	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado	0	0
PREJUÍZO DO PERÍODO	-301	-381
Juros sobre o capital	0	0
Prejuízo por ação	-0,2007	-0,2540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRA	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	-301	-381
Outros Resultados Abrangentes	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	-301	-381
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 39.738.065/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE VALOR PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS			2022	2021
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	5000	0	0	0	-708	4292	1465
1 - AUMENTO DE CAPITAL	0	0	0	0	0	0	3500
2 - PREJUÍZO DO PERÍODO	0	0	0	0	-301	-301	-381
3 - DESTINAÇÕES:							
- RESERVAS LEGAL	0	0	0	0	0	0	0
- RESERVAS ESTATUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0
- DIVIDENDOS	0	0	0	0	0	0	0
4 - REVERSÕES DIVIDENDOS/JCP	0	0	0	0	0	0	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	5000	0	0	0	-1009	3991	4584
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	0	0	0	-301	-301	3119
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							



FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 39.738.065/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

	2022	2021
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-301	-381
1.2 Ajustes por Depreciação	4	0
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	263	11
2. Variação de Ativos e Obrigações	73	-3.107
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	700	-1.051
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-618	-2.095
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-1	0
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-15	12
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	7	27
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	39	-3.477
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-26	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-26	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	3.500
5.1 Empréstimos País	0	0
5.2 Dividendos pagos	0	0
5.3 Capital Social	0	3.500
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	13	23
7. Caixa e equivalente de caixa no início do período	16	4
8. Caixa e equivalente de caixa no final do período	29	27
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Erechim- RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 30 de junho de 2022, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2022.

Vicente Michelin

CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS

CRC RS Nº 4.626